

CORREIO DE CAMPINAS

Por Raquel Valli

Câmara Municipal de Campinas



Iniciativa é do vereador Wagner Romão (PT-SP)

Câmara discute limpeza digital para combater gás carbônico

A Câmara Municipal debate sustentabilidade tecnológica nesta quarta-feira (3). O encontro é gratuito, aberto ao público e está agendado às 17h no Plenário. Foi proposto pelo vereador Wagner Romão (PT-SP), destacando a necessidade de redução da emissão de CO2. Segundo especialistas, além do conteúdo armazenado em cada dispositivo eletrônico, há uma infinidade de dados em servidores que precisam ficar ligados 24h, consumindo um volume elevado de água e energia. Já o movimento de conscientização contra o "lixo invisível" e em prol da "limpeza digital" promove desde segurança dos dados pessoais até o aumento do tempo de vida útil dos aparelhos.

Especialistas presentes

Confirmaram presença a design de Serviço da Diretoria Executiva de TI e Comunicação (Detic) da Unicamp, Aline Eid Galante; a coordenadora de Gestão de Resíduos e Licenças da Diretoria Executiva de Sustentabilidade (DEXS) da Unicamp Regina Micaroni; e o representante da Divisão de Projetos, Análise e Qualificação de Circuitos Eletrônicos do CTI Renato Archer, Sebastião Filho.

Prefeitura de Campinas



Saadi (à esq.) e Wandão no Palácio dos Jequitibás

Wandão assume a Prefeitura

O vice Wanderley de Almeida, o Wandão (PSB-SP), assume interinamente a Prefeitura até 9 de junho devido à viagem oficial do prefeito Dário Saadi (Republicanos-SP) a Istambul, na Turquia, onde participará do Fórum Lixo Zero 2026, entre 5 e 7 de junho. O evento reúne cerca de 150 prefeitos para debater soluções sustentáveis e gestão de resíduos. O convite foi feito pelo Governos Locais pela Sustentabilidade (ICLEI), que custeará integralmente as despesas, sem custos ao erário.

Fórum Lixo Zero 2026

Saadi apresentará as iniciativas de sustentabilidade de Campinas, como o Programa Integra Resíduos, a Usina de Compostagem e a coleta seletiva com cooperativas, que elevou o índice de reciclagem municipal para 6% em 2026. A primeira-dama Maria Giovana Fortunato acompanha a agenda na Turquia com recursos próprios.

PINGA-FOGO

Blindagem vexatória

A decisão da Câmara de rejeitar a abertura de Comissão Processante contra Edison Ribeiro (União-Brasil) contraria a transparência pública. O arquivamento do caso ocorre mesmo após o Ministério Público apresentar investigações estruturadas sobre o parlamentar. Já o plenário evitou a apuração por questões meramente políticas.

Indícios ignorados

O material apurado pelos promotores de Justiça demandava uma análise detalhada por parte dos representantes eleitos. A votação que barrou a investigação demonstra a prevalência de acordos políticos sobre a obrigação fiscalizadora do Legislativo: erro crasso e lamentável para a cidade.

Condizentes

No contexto dessa votação, três vereadoras mantiveram a defesa da investigação rigorosa dos fatos apresentados. Fernanda Couto e Mariana Conti, ambas do PSol-SP, e Debora Palermo (PL-SP), votaram a favor da abertura do procedimento parlamentar, manifestando alinhamento com os preceitos éticos exigidos para o cargo público.

Omissão constitucional

Segundo o MP, Ribeiro deveria devolver aos cofres públicos recursos obtidos por meio de 'rachadinha'. Deveria também perder o mandato. Na contra-mão, o engavetamento da Câmara, sem a devida investigação, é um disparate - sobretudo quando o ministro do STF André Mendonça esteve no mesmo dia na cidade alertando sobre a falta de credibilidade das instituições.

Idoneidade baixa

A sociedade civil acompanha a falta de desdobramentos práticos diante de denúncias vindas de órgãos externos de controle. A manutenção da credibilidade política depende da disposição em averiguar suspeitas, ato que a Câmara decidiu não exercer neste caso específico envolvendo o parlamentar.

Tampando o sol com peneira

Os canais de fiscalização popular e a atuação do MP continuam ativos para garantir o acompanhamento dos fatos. A rejeição da CP encerra o rito legislativo, mas transfere para o Jurídico e para urnas a responsabilidade de exigir as respostas que a Câmara se recusou produzir.



Abertura de comissão se deu devido a malote suspeito

Câmara notifica Vini na próxima semana

Comissão Processante (CP) foi aberta na Casa para investigá-lo

Raquel Valli

Por questões humanitárias, a Comissão Processante (CP) contra o vereador Vini Oliveira (Cidadania-SP) não o notificará de imediato, mas a previsão é de que o parlamentar seja oficialmente comunicado na semana que vem. A informação é do presidente do colegiado vereador Paulo Haddad (PSD-SP).

Vini está afastado por questões de saúde, mas, a partir da entrega da notificação, terá dez dias para apresentar defesa prévia por escrito. Após receber o documento, a comissão dispõe de cinco dias para emitir parecer, indicando a inocência e o arquivamento do processo, ou recomendando a investigação.

Caso sinalize pela averiguação, a deliberação é votada em plenário. Se aprovada, o presidente da missão Paulo Haddad (PSD-SP) define as datas de diligências, audiências, depoimento do vereador e oitivas de testemunhas. O relatório final proporá a absolvição ou a cassação do mandato, decisão que necessita do voto de dois terços dos integrantes da casa, o equivalente a 22 dos 33 vereadores.

A Comissão tem prazo inicial de 90 dias a contar da notificação para fazer as apurações e apresentar um relatório final que deverá recomendar a cassação ou não do mandato. Não há outra possibilidade que possa ser apontada.

A partir da notificação de Vini, inicia-se o cronograma dos ritos legais do colegiado, que dispõe de 90 dias para a concluir os trabalhos, sem interrupção durante o recesso parlamentar de julho.

Relembre o caso

A instauração da comissão decorre de pedido protocolado pela vereadora Mariana Conti (PSol), aprovado por 29 votos na sessão de segunda-feira (1º). Foi aberta devido a indícios de improbidade administrativa baseados no vídeo em que Vini aparece reunindo-se com viação ligada à licitação do transporte público de Campinas.

Além de Haddad, compõem a comissão os vereadores Otto Alejandro, que será o relator, e Dr. Yanko (PP-SP), como membro. Os três foram empossados após sorteio.

O vídeo teria cerca de uma hora e quinze minutos de duração e foi gravado na empresa de ônibus em Paulínia, onde Vini participou da reunião e saiu portando o malote suspeito. Foi divulgado inicialmente pela TV Record e será objeto de investigação por parte do colegiado.

Na semana passada, em um pronunciamento pelas redes sociais, Vini alegou inocência. Já esta semana, não compareceu à sessão em que a comissão foi aberta por motivos de saúde. Foi internado, mas não corre risco de perder a vida.